

## **O Corpo de Polícia Militar de Pernambuco: primórdios e consolidação no século XIX**

André Carneiro de Albuquerque

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em apresentar os primeiros resultados da pesquisa sobre o surgimento e a atuação da Força Policial da Província de Pernambuco e o cotidiano do policiamento, desde a sua criação em 1825, após a confederação do Equador, até proclamação da República. A delimitação do recorte temporal deveu-se a compreensão de que o período em questão perfaz um momento de transição entre os primeiros trabalhos de uma polícia militarizada e formas notadamente modernas de controle e vigilância da população recifense. Parte-se do critério que a ação policial militar ao longo do século XIX na cidade do Recife implica reflexo de relevantes desdobramentos políticos, econômicos e estratégicos, especialmente quando se trata dos mecanismos de composição da segurança pública. Buscaremos estabelecer uma relação entre, a evolução das condições sociodemográficas e econômicas da província pernambucana e, a evolução do trabalho policial militar na cidade do Recife.

É importante destacar que, a polícia militar brasileira, ainda não foram submetidas a uma análise histórica aprofundada e que ressalte a relação entre os diferentes modos como a instituição policial militar, ao longo do tempo, veio por construir os alicerces de sua identidade e ação pública. O hiato em questão representa de um lado a carência de estudos acerca da problemática quanto do outro, o silêncio da historiografia brasileira em tentar compreender como o estudo da segurança pública pode condicionar relevantes leituras e contribuições. Esse problema não está restrito ao estudo das polícias brasileiras. Em estudo recente Bayley afirma: “A polícia só é percebida durante eventos dramáticos de repressão política, como o terceiro Reich, A Comuna de Paris em 1872, as contra-revoluções na Europa de 1848-1849 e a confirmação do governo Meiji no Japão por volta de 1870. Sendo que grande parte do que foi produzido a respeito, versa sobre a atuação do policiamento em conflitos bélicos, e os autores dos registros foram, na maioria das vezes, policiais que contavam histórias ou relatavam pequenas notícias. O que reforça e cria um vasto palco de possibilidades de pesquisa e levantamento de dados no campo da história militar.

Para ampliar a compreensão do aparato policial na província de Pernambuco e os seus mecanismos de atuação investigamos dois níveis de atuação da cidade: as leis municipais, que regulavam a vida da população da cidade; e a polícia, encarregada de prevenir e reprimir desvios de comportamento de indivíduos que pudessem alterar a ordem pública. Para tanto, o centro da análise concentrou-se nas rotineiras operações para a manutenção da ordem e nas condições de trabalho dos militares.

Palavras-chave: Polícia, Militar, Segurança, Alistamento.

## **A Polícia Militar e seu Lugar Histórico**

Qual o lugar da polícia militar nos manuais de História? A pergunta que abre o presente texto provoca uma série de inquietações de difícil resolução. Talvez seja mais fácil simplificar o questionamento e modificar a pergunta. Onde encontrar a polícia nos livros de História do Brasil? Provavelmente o leitor, não tenha encontrado uma resposta ou se conseguiu alguma, lembrou do governo provisório de Getúlio Vargas, quando aconteceu em 1932 a Revolta Constitucionalista, momento em que a polícia de São Paulo pegou em armas contra as tropas do governo central.

A dificuldade pode ser explicada se levarmos em consideração que a polícia brasileira, parece-nos, ainda não foi submetida a uma análise histórica aprofundada. De certa maneira, até bem pouco tempo as polícias militares do Brasil ainda não tinham sido reconhecidas como objetos de pesquisa pelos historiadores. Sendo que grande parte do que foi produzido a respeito versa sobre a atuação do policiamento em conflitos bélicos, e os autores dos registros foram, na maioria das vezes, policiais que contavam histórias ou relatavam pequenas notícias.

Analisar as rotineiras operações para a manutenção da ordem dentro de um contexto histórico são comumente ignoradas ou, no mínimo, de difícil análise. Como cita David Bayle:

A polícia raramente desempenha um papel importante nos grandes eventos históricos. Não estão envolvidos em batalhas épicas, marchas heróicas ou retiradas espetaculares. Suas atividades são rotineiras demais, sua presença é disseminada demais e sua clientela é comum demais para compor o assunto de um grande drama. Ela não elabora regras, mais se dedica a problemas humanos de um modo muito particular. O destino das nações não depende claramente dos resultados de suas atividades. (BAYLEY, 2006, p 15).

No Brasil, só a partir dos anos 90, estudos a respeito das polícias militares passam ocupar mais espaços, sendo o primeiro foco de atração dos historiadores a polícia do Rio de Janeiro durante o século XIX, com a chegada da Família Real. Na maioria das vezes o ponto de análise estava voltado para as estruturas de repressão desenvolvidas pelas corporações. O artigo em lide apresenta algumas análises a respeito do Corpo de Polícia da Província de Pernambuco ao longo do século XIX, sua estruturação administrativa e suas relações com a sociedade.

### **O Corpo de Polícia: recrutamento e a administração interna**

A formação da instituição que viria a se chamar Polícia Militar tem sua origem com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808<sup>1</sup>. Inicialmente o príncipe regente cria no Rio de Janeiro uma Intendência Geral de Polícia<sup>2</sup>, na ocasião, uma polícia não especializada<sup>3</sup>, que tinha como principal função a manutenção do sossego público. A intendência absorve em seu nascedouro algumas funções, tais como a de realizar obras públicas, cuidar do abastecimento da cidade, zelar pela iluminação, a higiene, repressão aos delitos e outros serviços<sup>4</sup>. Ao longo do século XIX o trabalho policial foi se estendendo para outras áreas do Império, pois existia a necessidade de dotar os Estados de uma organização que pudesse servir como fiador da manutenção da ordem. No caso de Pernambuco a estrutura policial foi organizada no ano de 1825, um ano após a Confederação do Equador, durante o reinado de D. Pedro I.

O Corpo de Polícia na província de Pernambuco foi criado em 11 de Junho de 1825<sup>5</sup>. O Imperador D. Pedro I organizou o Corpo de Polícia, a fim de manter a segurança da cidade do Recife, outro objetivo era montar um sistema eficiente para prevenir levantes em fase inicial, pois as constantes insurreições na província trouxeram prejuízos significativos para o Império.

Alguns dos primeiros militares do Corpo de Polícia foram vítimas do recrutamento forçado. O engajamento no corpo militar não significava na primeira metade do Século XIX, uma mudança de *status* social para o policial, pois o soldo do policial neste período era muito baixo. Na maioria das vezes o alistado era recrutado nas esferas sociais que teriam que controlar. Tal fato exigia imposições de normas de comportamentos e condutas, visando diferenciar o militar dos seus pares sociais. A rotina de normas rígidas não estava restrita apenas ao policial brasileiro. A polícia inglesa, por exemplo, adotava como medida básica a dura disciplina militar e enfrentava com um número enorme de demissões a resistência dos policiais a conformarem-se ao modelo de trabalhador padrão, sóbrio e de vida exemplar (STEEDMAN, 1984; EMSLEY, 1991).

Não está claro quando a prática do recrutamento forçado em Pernambuco foi alterada, mas na década de 1830 já se percebe um recrutamento feito envolvendo voluntários, que assinavam um contrato de engajamento por dois anos sendo possível uma renovação. Se as condições de trabalho não eram nada boas, uma possível vantagem era a ascensão na carreira. O engajamento era feito no nível mais baixo, e o policial podia obter promoções até os postos superiores, num modelo de carreira pouco usual para época.

O número de policiais encarregados do policiamento da cidade do Recife oscilou ao longo do império. Mas o que deve ser destacado é que em nenhum momento ao longo do século XIX foi possível preencher as vagas existentes ou atender a necessidade de policiamento para a “cidade das águas”. Parecia haver sempre uma resistência em adotar a profissão policial e, mesmo quando isso acontecia, a deserção ou a dispensa de engajamento eram opções comuns quando outras oportunidades de trabalho surgiam. O número de policiais no Estado era ínfimo quando observado o tamanho da cidade de Recife e sua população. 259 soldados (182 praças de infantaria e 77 de cavalaria) para a cidade do Recife<sup>6</sup> que possuía mais de 25000 habitantes<sup>7</sup>. Na contagem feita em 1828, 25.678 pessoas residiam no centro da cidade do Recife. Essa informação é fração de um todo, que calculava a população da província inteira em torno de 287.140 habitantes (Carvalho, 2002).

Além da carência de efetivo, a corporação ao longo do século, passava por outras dificuldades internas, dentre elas podemos destacar: armamentos e uniformes deficitários, despreparo de efetivos e as péssimas condições das cadeias. A instituição era uma força, de pouco alcance territorial e de diminuta eficiência em combater os crimes policiais. Os problemas do Corpo de Polícia pernambucano, não eram singulares, pois,

Consideradas as condições materiais e os efetivos das forças regulares encarregadas da manutenção da ordem pública durante a primeira metade do século XIX, poderíamos afirmar que na maior parte do território nacional, à exceção da Corte e de algumas capitais de província, parece ter existido uma sociedade sem policiamento. Ou, pelo menos, uma sociedade na qual a existência da polícia foi muito pouco relevante. (VELLASCO, 2007, p254)

Em dezembro de 1825 o Governo da Província de Pernambuco efetuou despesas e conseguiu uniformizar e armar o efetivo do Corpo de Polícia de Pernambuco. Uniforme de tecido simples e rústico, uma jaqueta azul e duas calças (uma azul e uma branca para ocasiões especiais), um capote e um par de sapatos, que padronizava o efetivo. O equipamento da corporação começou a gerar transtorno para o comandante da corporação, Antônio Maria da Silva Torres, e os comandantes de companhias. Alguns policiais passaram a vender as armas e peças do uniforme, principalmente o capote, ou então simplesmente perdiam o equipamento em jogatinas, o que gerou um lastimável mercado negro. Visando coibir tal prática os códigos disciplinares de 1845 e 1853 estabeleceram penas de prisão disciplinar para os soldados que cometessem tais ilícitos ou que simplesmente se apresentassem com o uniforme em desalinho.

Em agosto de 1831, logo no início da Regência, foi instituída a Guarda Nacional e em Outubro do mesmo ano o governo através da Lei de 10 de outubro de 1831, autoriza a criação de guardas municipais permanentes no município da Corte e todas as províncias, composta

por guardas municipais voluntários a pé e a cavalo. Uma série de reformas, nas instituições voltadas para a manutenção do sossego público, foi iniciada. Em Pernambuco o salário dos policiais foi fixado em 400 reis diários, ficando o alistamento a cargo dos juizes de paz.

Após longa discussão entre as autoridades públicas, apenas em janeiro de 1832, foi definido o nome do comandante geral da Guarda, sendo escolhido na ocasião, o Tenente-Coronel<sup>8</sup> de segunda linha Manuel Cavalcante de Albuquerque, abonado proprietário de terras e de escravos. Significativo é que o Manuel Cavalcanti só recebeu a indicação após a desistência de Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, que tinha uma saúde debilitada e declinou do comando. Como afirma Silva:

A organização do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, embora seguisse os padrões militares, era de responsabilidade do presidente da província – que tinha autonomia para organizar da forma que julgasse mais conveniente à economia e disciplina do corpo. Em 1835, por exemplo, o mesmo foi composto por um Estado Maior e Menor, três companhias de infantaria e uma companhia de cavalaria – perfazendo um total de 448 homens. Esta composição das companhias, compreendendo as armas de infantaria e cavalaria, seria mantida até o início da década de 1840, quando a corporação passou a ser composta apenas por companhias de infantaria. O número de soldados que compunha o Corpo de Polícia variava de ano para ano. Quando se iniciava um novo ano financeiro, o governo provincial fixava o número de soldados que deveria ter o referido corpo e distribuía o efetivo pelas companhias existentes – ordenando o aumento ou a diminuição do número de praças de cada companhia, ou até mesmo a extinção de companhias, quando fosse ajustar o contingente ao número máximo que havia sido fixado na lei. (SILVA, 2003, p 89).

Pernambuco, durante o período regencial foi uma das províncias onde a crise no Corpo de Polícia ganhou grandes proporções, em virtude da Setembrada e da Novembrada de 1831. Movimentos gerados em torno dos antagonismos entre republicanos e monarquistas liberais e antiliberais, restauradores e exaltados, brasileiros e portugueses, resultando em inúmeras contendas envolvendo efetivos de policiais. As primeiras sublevações ocorreram com forte sentimento anti-lusitano, e giraram em torno da abdicação de D. Pedro I, vindo a ocorrer no Recife o levante dos praças, praticamente sem apoio dos oficiais. Um movimento quase que acéfalo, pois não se conhece até hoje o nome de qualquer praça líder dos amotinados e que em alguns momentos promoveram o saque às casas comerciais do Recife, cujos proprietários em sua maioria eram portugueses. O Corpo de Polícia, nessa ocasião rachou, pois muitos policiais passaram a integrar o grupo rebelde. O grupo legalista se impôs e dominou a célula rebelde antes que o levante tomasse maior vulto.

Ainda durante a regência a corporação mesmo tendo um efetivo insuficiente para atender a demanda de serviço na província pernambucana foi convocada para compor com uma fração de tropa a força legalista que atuou na Pará durante a Cabanagem, tendo a Força Pública alguns representantes comandados pelo General Francisco José de Sousa Soares Andréia, nos últimos momentos da Cabanagem. Pouco tempo depois outro efetivo policial embarca para o sul do Brasil para combater a Revolução Farroupilha ao lado do Exército.

Melhorias legisladas em 1850 foram implementadas, sendo uma delas a reforma remunerada. A condição social do policial melhorou um pouco, levando os números a se aproximarem do efetivo previsto em lei. Essa situação perduraria até o final do Império, quando o aumento no número de vagas provocou novamente uma diferença significativa entre o que estava previsto e a situação real. Essas melhorias tiveram também reflexo sobre o recrutamento e as aspirações de carreira dos policiais, ainda que a má qualidade da tropa, que era vista como indisciplinada e violenta, fosse uma queixa da sociedade.

## **O trabalho policial na cidade do Recife**

A condição geográfica da cidade do Recife tornava difícil a tarefa de realizar o trabalho policial. Uma cidade cercada de águas por todos os lados, onde a chegada e saída de pessoas e produtos em grande parte eram feitas em pequenos barcos, que percorriam as inúmeras ramificações dos rios Capibaribe e Beberibe, tornando-se os rios a “estrada” que ligava o centro urbano para os “arredores do Recife”<sup>9</sup>, ficando assim impossível a fiscalização da massa humana que circulava pela cidade. Saliente-se que a malha urbana era composta, na primeira metade do século XIX, por três bairros: Recife, Santo Amaro e Boa Vista. Bairros que passaram a ser o centro de atração de imigrantes oriundos de outros países ou fruto de uma massa de mulatos e ex-cativos que buscavam a sobrevivência longe dos canaviais.

Provavelmente, no que concerne às ações de vigilância, para reprimir possíveis desordens (rondas e averiguações), o Corpo de Polícia mantinha uma constante vigilância nos pontos de distribuição de água: o dique natural do Varadouro, Porto das Canoas, as cacimbas do Recife e os chafarizes públicos dos bairros da Boa Vista, Recife e Santo Antônio. Os pontos de distribuição criaram muitos problemas para os policiais, pois se tornaram pontos de encontro de destituídos, sendo alvo de queixas dos moradores. Contra os escravizados e negros, reunidos nos locais com suas cantorias e “algazarras”, os policiais atuavam com o objetivo de tranquilizar as elites, tutelando seus interesses, sendo uma das ocasiões onde o poder público se apresentava como força legítima para o controle da população.

Outro ponto de difícil atuação para a jovem Corporação era o bairro do Recife. O local era o bairro portuário da cidade onde estava localizada uma grande quantidade de casas comerciais, armazéns, casas de má fama e diversas tabernas. Era também o bairro mais urbanizado do Recife, com seus sobrados magros de três a seis andares, onde se realizava as grandes transações comerciais da região; o dinheiro circulava de forma constante, graças à chegada do açúcar e algodão oriundo do meio rural, o comércio de compra e venda de escravizados e o desembarque de manufaturas oriundas da Europa e outros centros. Pelo bairro do Recife transitava pessoas de todas as classes sociais, sendo a região de maior concentração de cativos da cidade, quase 50% da população<sup>10</sup>. Uma zona de atração de vendedores ambulantes, mulheres para serviço de homens solteiros, negros de ganhos, marinheiros, canoieiros, mendigos e desocupados. Ao longo do século XIX o bairro do Recife apresentava, em virtude da sua dinâmica, as maiores possibilidades de rebeldias escravas. Sendo importante ressaltar, que no período em questão:

O perigo que o escravo representava para a sociedade urbana, real ou imaginário, fez com que a repressão governamental aumentasse na proporção do crescimento da população negra local, o que trouxe por sua vez modificações no que denominamos “padrões de criminalidade escrava”. No entanto, a ação do Estado na cidade, assim como o feitor no campo, não impedia os atos violentos dos negros. Ambos podiam apenas cercear as rebeliões coletivas e individuais. (ALGRANTI, 1988, p204).

Em fim, o bairro do Recife era uma área de constantes ocorrências de embriaguez, alteração verbal entre duas pessoas, vozerios, desordens e alguns crimes policiais<sup>11</sup>. Quando diante de tais situações, apoiados nas leis penais do Império, a tarefa da polícia era reprimir o comportamento ilícito. Para combater tais crimes em vários momentos do século XIX a Força Policial da Província de Pernambuco chegou a desenvolver trabalhos conjuntos com as autoridades locais, Igreja e Câmara Municipal. Em um desses trabalhos o objetivo era restringir a circulação de “pretas quitadeiras” durante a noite no centro do Recife, pois para setores influentes da sociedade, essas provocavam “constrangimentos” nas ruas do Recife durante a noite. A circulação dessas mulheres foi combatida no centro do Recife após as 20h00 em alguns anos do século XIX. Sendo necessário frisar que, durante a noite, um ponto de trabalho das “mulheres para serviços de homens solteiros” era a região próxima do Forte das Cinco Pontas, zona de muitas inquietações durante a noite.

Em relação à questão da violência policial ao longo do século XIX, é difícil, para o historiador, mensurar essa questão, a raridade dos registros e de trabalhos a respeito do tema

implica sérios problemas de comprovação. Mas um termo utilizado pelo professor Ivan de Andrade Vellasco, pode pontuar pistas a respeito do alcance dessa violência. O pesquisador utiliza um termo da época, “polícia de moleque”, para argumentar que a violência tinha um alvo determinado: aqueles que não poderiam resistir a ela, os escravos e os “pobres sem patrão”. O pesquisador ainda argumenta que “A “polícia de moleque” teria origem nessa dupla situação: a fraqueza real e institucional, de um lado, e a missão difusa que se voltava para o controle da escravaria urbana, de outro”.<sup>12</sup>

Na década de 70, a desestabilização do governo imperial e as disputas políticas envolvendo os partidários do Imperador e setores liberais, fez com que as forças da polícia fossem utilizadas esporadicamente como uma polícia de choque em combinação com as tropas de cavalaria, dispersando multidão e prendendo “agitadores”. Um bom exemplo para compor tal afirmação foi a gestão do “incansável” presidente da província de Pernambuco o senhor Henrique Pereira de Lucena<sup>13</sup>, que mesmo sendo um presidente atuante e que muito contribuiu com significativas melhorias urbanistas para a província, teve sérios transtornos com membros do Partido Liberal, principalmente nas manifestações encabeçadas por um dos seus principais líderes: José Mariano.

O liberal abolicionista, bastante conhecido no Estado por seus discursos inflamados em praças públicas contra o governo imperial, contra a escravidão e principalmente contra a gestão de Lucena, conseguiu no dia 14 de maio de 1873, reunir inúmeras pessoas para uma reunião na Rua da Aurora, em frente à residência do padre Maçom, Joaquim Francisco de Faria, que pouco tempo antes tinha sido suspenso por Dom Frei Vital por suas ligações com elementos em choque com a igreja. A justificativa era um ato de apoio ao padre “injustiçado”. Após diversas falas, José Mariano conduziu a massa até o Colégio Jesuíta, que ficava perto da residência do padre. No local ocorreram gritarias e insultos contra os padres, janelas quebradas, arrombamentos de portas e a morte de um velho padre que já estava doente. Como se não bastasse nesse mesmo dia o grupo de José Mariano empastelou o jornal católico “A União”. Em tal ocasião as forças da Polícia chegaram tarde e nada puderam fazer, pois a população dispersou.

Poucos dias depois José Mariano organizou uma nova manifestação sendo que desta feita o local de reunião era um praça próxima ao palácio do governo onde estava programando o termino do ato público. Foram reunidas em torno de 1400 (mil e quatrocentas) pessoas. Desta feita, comandados pelo Brigadeiro Liberato Wanderley, comandante das armas da província, autoridade militar máxima da província, que após ser vaiado e insultado, pois solicitou que a população voltasse para suas casas e afazeres, determinou que o povo fosse disperso a espadas. Um discreto, mas eficiente grupo de policiais apoiados por 13 (treze) soldados da cavalaria dispersou rapidamente a grande manifestação. Como nos afirma Guerra:

[...] corriam sem ordem em todas as direções, esmagando-se uns aos outros. O clarim sem cessar de tocar aumentava o susto e a precipitação com que corriam. (GUERRA, 1958, p 135.)

As inquietações políticas do Século XIX refletiram de forma significativa para a História da Polícia Militar, basta para justificar tal afirmação relatar que no período de 1825, ano formal da sua criação e o ano de 1900, a corporação chegou a mudar de nome sete vezes. Sendo denominada Brigada Militar de Pernambuco (Lei nº 473, de 28 de junho de 1900), com um efetivo de quase 1000 praças em suas fileiras, distribuídos entre o Corpo de Polícia Volante e a Guarda Cívica.

## Referencias Bibliográficas

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: Uma análise Internacional Comparativa*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. *Código criminal do Império do Brasil*: anotado [...] por Araujo Filgueiras Junior. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876. Disponível em <http://www.liphis.com/buscadorcodigo/codigo.htm>. Acessado em 18 de maio de 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *História da polícia militar Pernambuco: análise & comentários*. Olinda-PE: Ed. do Autor, 2004.

COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as Políticas da Ordem nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GUERRA, Flávio. *Lucena um estadista de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual. Imprensa Oficial, 1956.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808/1821)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

MOURA, Jorge Luis; CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *Epopéia de Bravos Guerreiros*. Recife. 1996.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *Policiais, pedestres e inspetores de quartirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-1850)*. In: CARVALHO, José Munilo de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

---

<sup>1</sup> Quando, em 1808, D. João aportou em Salvador e definitivamente no Rio de Janeiro, não trouxe somente uma Corte. Trouxe consigo, também, todo um aparato estatal que modificaria significativamente a vida cotidiana da colônia e posteriormente do Estado independente (Malerba, 2000, p 53).

<sup>2</sup> Não existia uma instituição de polícia quando da Independência. A Intendência Geral de Polícia da Corte, criada em 1808, tinha seu âmbito de ação restrito à cidade do Rio de Janeiro. (Vellasco, 2007)

<sup>3</sup> Uma polícia especializada dedica toda a sua atenção à aplicação de coerção física; uma polícia não-especializada faz muitas outras coisas além disso. (Bayley, 2006)

<sup>4</sup> É preciso destacar que a palavra “polícia” deixava implícita, ainda nos tempos em que D. João a trouxe para a Corte, a idéia de um cuidado com a *polis*, isto é, com a cidade e demais aspectos importantes para o bom andamento de seus serviços, tais como a higiene, o abastecimento, a vigilância das obras públicas, a iluminação das cidades, entre outros (Holloway, 1997: 46).

<sup>5</sup> Em 11 de junho de 1825, foi assinado, por D. Pedro I, o decreto que criou, no Recife, um Corpo de Polícia que deveria ser composto, inicialmente, por 320 homens, oriundos de tropas de primeira linha. (Cavalcanti, 2004).

<sup>6</sup> Para efeito de dimensionamento, e respeitando as questões demográficas, vale mencionar que por volta de 1810, o Corpo da Guarda Real da polícia de Lisboa tinha um efetivo de 1326 homens. A polícia de Londres, na sua criação em 1829, contou com um efetivo de 3 mil homens para a cidade de Londres.

<sup>7</sup> Essas informações eram deficientes haja vista ninguém querer dizer quantos escravos tinha, temendo pagar algum imposto e também pelo fato das famílias evitarem enumerar corretamente seus filhos varões, temendo o recrutamento obrigatório para o serviço militar.

<sup>8</sup> Até 1848 o Comandante Geral da corporação tinha que ter a patente de tenente-coronel, a partir de ano em questão passou a ser exigido apenas um oficial com a patente de capitão oriundo de qualquer classe do Exército.

<sup>9</sup> Título do livro do Historiador e cronista COSTA, F. A. Pereira da.

<sup>10</sup> Sobre a urbanização da cidade do Recife e a sua população, veja-se o livro de Marcus J. M. Carvalho *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

<sup>11</sup> O código criminal da época classificava três grupos de crimes: os públicos, os particulares e os policiais.

<sup>12</sup> Vellasco, 2007, p.259.

<sup>13</sup> “Vemos a incansabilidade de sua excelência em visitar as repartições públicas, o aquartelamento das Forças de Linha, o Hospital Militar e o Quartel do Corpo de Polícia, no intuito de providenciar sôbre a boa marcha dêsses diversos ramos de serviço” Diário de Pernambuco – 11-Janeiro-1873.